

Concessões de rodovias dividem opinião dos parlamentares

A reunião extraordinária da Comissão de Justiça desta quarta-feira, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), foi marcada pela discussão polêmica sobre o processo de concessões de rodovias estaduais, em tramitação na Assembléia desde o mês de maio. Na administração de Paulo Afonso Vieira os sistemas rodoviários Norte, Brusque e BR-470 foram concedidos à iniciativa privada para exploração através de pedágios. Ainda no mês de maio a deputada Ideli Salvatti (PT) fez um projeto de decreto legislativo para anular as concessões. Segundo a parlamentar, o pedido foi baseado nas irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas no processo de licitação.

Vários debates e audiências públicas foram realizados nesses sete meses para tratar do assunto, buscando uma posição do TC. Como não houve manifestação, Ideli requereu que a votação do decreto fosse protelada para fevereiro, quando o TC já deverá ter uma resposta definitiva. Entre as três rodovias a que gerou mais discussão foi a BR-470, que encontra-se



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Deputada Ideli quer anular as concessões em condições precárias de tráfego, causando muitos acidentes fatais.

“Não posso acreditar que quase um ano depois não temos parecer do tribunal. A deputada está correta”, afirmou Nelson Goetten (PPB). Já Onofre disse estar cansado de esperar o parecer do tribunal. “Acusam a Assembléia de não votar o decreto. Não aceito acusações pelas mortes na 470”.

A votação teve opiniões divididas. Os deputados Nilson Gonçalves (PFL) e Herneus de Nadal (PMDB) se abstiveram. Os pepebistas Reno Caramori e Ivan Ranzolin, além de Jorginho Mello (PSDB) e Rogério Mendonça (PMDB) votaram contra. “Decidiram não acolher o meu pedido porque o Governador teria que se explicar em 10 dias se as concessões eram ilegais ou não”, concluiu a parlamentar.

Tratamento diferenciado às pequenas empresas

Aprovado projeto de lei governamental que dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado às micro e pequenas empresas no campo do ICMS – SIMPLES/SC, com substitutivo global do deputado Onofre Agostini (PFL). As empresas deverão declarar sua opção pelo SIMPLES e auferir receita bruta anual igual ou inferior a 120 mil UFIRs para microempresas e de 1.200 mil UFIRs para pequenas empresas.

Não poderão optar as sociedades por ações, a firma individual de propriedade de pessoa sócia ou acionista de qualquer sociedade comercial, ressalvada a parti-

cipação de até 10%; a sociedade comercial de cujo capital participe titular de firma individual, sócio ou acionista de outra sociedade comercial; a pessoa jurídica ou firma individual que realize operações de circulação de produtos primários, preste serviço de comunicação, realize operações com veículos automotores novos ou usados e mantenha relação de interdependência com outra empresa.

As microempresas ficam isentas do ICMS e o estabelecimento perderá esta condição após cinco anos de seu enquadramento ou da entrada em vigor desta lei, se já enquadrada como microempresa.

Já as pequenas ficam sujeitas, mensalmente, ao recolhimento do ICMS a partir de uma tabela escalonada.

**CPI do BESC
reinicia trabalhos
em fevereiro**

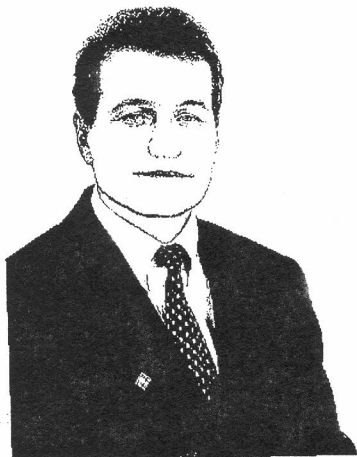
Página 3

**Aprovada a lei
dos transgênicos**

Página 6

OPINIÃO

Nova era para a comunicação e intercâmbio



Este primeiro ano de administração, com o apoio da Mesa Diretora e dos demais deputados, foi marcado pelo início de um processo de maior visibilidade das atividades da Assembléia Legislativa. Este trabalho visa por um lado ampliar a abrangência da divulgação das ações políticas e por outro incentivar a população a conviver mais com a sede do Poder Legislativo,

adquirindo o hábito de freqüentá-la e fazer parte de seu cotidiano.

Esta abertura começou a tomar forma com a realização de sessões e audiências públicas. Foi fortalecida com o lançamento do jornal NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC em agosto. Este espaço é não só um canal de intercâmbio entre os deputados, mas também de comunicação destes com diversas entidades representativas, universidades e associações.

O processo de modernização continuou em diversos setores paralelamente. Para atender com mais eficiência e agilidade, implantamos em outubro a Central de Informações totalmente informatizada no hall de entrada da Casa. Com a instalação do Centro de Memória, toda a história do legislativo catarinense e de seus parlamentares, desde a primeira legislatura, foi aberta ao público com acesso fácil. Temos documentos históricos perfeitamente conservados e liberados para pesquisa. Colocando a Constituição de Santa Catarina e o Regimento Interno da Casa à disposição na Internet, a Assembléia Legislativa entrou na era do que há de mais moderno em comunicação de massa.

O mais recente passo de abertura e transparência foi a concretização da TVAL, um projeto bastante esperado. Queremos mostrar as principais decisões da Assembléia, a atuação dos deputados e os mecanismos de funcionamento do legislativo. Somado a isso, o estúdio de rádiojornalismo começa a operar com novos equipamentos, que agilizarão a transmissão dos boletins diários para todo o Estado.

Os freqüentes eventos culturais sediados na Casa abriram as

portas para o público, que compareceu e prestigiou seminários, exposições de arte e lançamentos literários. Destaque para as mostras de Anita Garibaldi e a Guerra do Contestado, que por semanas lotaram a Assembléia de estudantes de todas as idades, que puderam aprender mais e visualizar a história dos catarinenses. Estas são razões suficientes para confiar que o ano que vem teremos ainda mais inovações. Levando a modernidade também para a forma de administrar a Casa e mantendo a transparência, o resultado natural continuará sendo o progresso.

Relações exteriores

Destacamos ainda neste período a continuidade ao Acordo de Cooperação e Intercâmbio Sócio-Econômico e Cultural firmado entre o parlamento de Veneza, na Itália e a Assembléia Legislativa em 1995. Desta forma uma delegação de deputados estaduais, federais e representantes do governo voltou àquele país em julho e novembro deste ano.

Além de divulgar as potencialidades industriais e comerciais, tanto de investimentos quanto de parcerias existentes no Estado, principalmente para as pequenas e médias empresas, a comitativa assinou convênios e acordos de cooperação. Um deles, realizado em julho e que refere-se à área acadêmica, teve grande repercussão. Trata-se do intercâmbio firmado com a ESU, entidade que administra as três universidades de Veneza e é gerenciada pelo Conselho Regional do Vêneto. O intercâmbio abrange diversas áreas de atuação profissional, bem como o estudo da língua italiana e é aberto a estudantes, professores, técnicos e até ex-alunos das universidades catarinenses envolvidas.

Já na missão de novembro foi assinado um acordo com o Parlamento da Província Autônoma do Trento, estabelecendo a troca de experiências entre parlamentares e instituições administrativas, de governo e do judiciário. Como resultado da participação da comitativa sulbrasileira no Fórum de Agricultura Tri-Vêneto/ Sul Brasil, em Verona, além da divulgação do perfil catarinense neste setor ficou definida a vinda de técnicos italianos aos três estados do sul para realizar o intercâmbio nas áreas de biotecnologia, agricultura, agroturismo e florestas. A intenção é estender este projeto para outros países que marcaram a colonização em SC. Já estão sendo feitos contatos com a Alemanha neste sentido, o que deve ser melhor elaborado a partir de fevereiro do próximo ano.

Deputado Gilmar Knaesel (PPB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
 Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC
 E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos,
 Maria do Carmo Kravchychyn,
 Giancarlo Gianni Bortoluzzi
 Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021

COMISSÕES

CPI do BESC encerra depoimentos este ano

Os depoimentos dos ex-secretários de Finanças da Prefeitura de Florianópolis, Mário Zimmermann e Antonio Carlos Vieira, encerraram nesta segunda-feira os depoimentos da CPI do BESC, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL). O requerente foi o deputado Joares Ponticelli (PPB), que contestou a antecipação da receita orçamentária feita pela prefeitura em 31 de janeiro de 96. Na ocasião o BESC concedeu um empréstimo de R\$ 5,3 milhões e, segundo Zimmermann, a prefeitura pediu a antecipação da receita para realizar obras de recuperação dos prejuízos causados pela enxurrada que atingiu a Capital no final de 95.

Nesse tipo de contrato a dívida deve ser paga um mês antes do final do mandato. A garantia em caso de não pagamento é a retenção do ICMS que mensalmente é depositado na conta da prefeitura. Grande parte da dívida foi paga – cerca de R\$ 4 milhões, correspondentes às parcelas de fevereiro a setembro. Em outubro, a Secretaria de Finanças solicitou ao BESC que a parcela daquele mês



Mário Zimmermann

fosse cobrada em novembro, alegando na época dificuldades financeiras agravadas pela não liberação de recursos federais. O banco reteve a parcela de outubro no dia 22 e no dia seguinte devolveu o valor para a conta da prefeitura. Foi essa operação que está sendo contestada por Ponticelli. “O BESC foi muito generoso entre o primeiro e o segundo turno das eleições”, numa alusão de que o dinheiro teria usado usado na campanha política

daquele ano. Zimmermann declara que o questionamento deve ser respondido pela diretoria do banco que na época fez a operação.

Vieira, atual secretário estadual da Fazenda, afirmou que existe um processo na vara cível para ressarcir os prejuízos aos cofres municipais, desde a inadimplência até o pagamento da dívida. “Nunca vi uma operação como essa”, disse

Os deputados Reno Caramori (PPB) e Ideli Salvati (PT) solicitaram cópia dos documentos da operação de retenção do ICMS. A partir desse material, representantes do banco poderão ser ou não convocados para depor a partir de 15 de fevereiro de 2000. Ideli solicitou que o Governador também preste informações à CPI, mas somente no próximo ano. “Não adianta convocá-lo agora, porque o processo de federalização do banco ainda não foi encerrado no Senado Federal.”

O relator Ronaldo Benedett (PMDB) afirmou que vai estudar o processo durante o recesso e preparar seu relatório para a primeira quinzena de fevereiro.

Vice-governador fala sobre SC/ARCO

Em audiência pública da Comissão de Finanças, a pedido do líder do PT, deputado Francisco de Assis, esteve nesta semana na Assembléia o vice-governador, Paulo Bauer, para prestar esclarecimentos a respeito do projeto de lei que dispõe sobre a criação da Agência Catarinense de Regulamentação e Controle - SC/ARCO.

Vinculada ao Gabinete do Governador a SC/ARCO será dotada de autonomia orçamentária, financeira, técnica, funcional e administrativa, tendo como finalidade regulamentar e fiscalizar as atividades dos agentes concessionários dos serviços públicos estaduais e exercer a atividade de representação local das entidades nacionais preservando os interesses do Estado, da sociedade e da economia catarinense.

A grande preocupação de Francisco de Assis é que “com a criação desta agência reguladora aconteça uma onda de privatizações no Estado”.

Porém, o vice-governador assegurou



Paulo Bauer em audiência pública na Assembléia

que “não há interesse do governo de criar a SC/ARCO para privatizar serviços públicos”. Bauer observou que não existe desinteresse do Executivo no projeto e que o mesmo veio para a Assembléia em fevereiro para dar tempo dos parlamentares debaterem e

discutirem, e assim aperfeiçoar a proposta.

Também estavam presentes os integrantes da comissão, presidida pelo deputado João Rosa (PTB), o presidente da Funcitec, Honorato Tomelim, e representantes de sindicatos, da Fiesc, da Fecam e empresários.

PLENÁRIO

População em massa será vacinada contra gripe

A partir do próximo ano a Secretaria Estadual de Saúde vai realizar a vacinação em massa da população contra a gripe. O projeto aprovado foi idealizado pelo deputado Cesar Souza (PFL).

A campanha que será realizada anualmente através de parcerias com as prefeituras terá três fases. Na primeira serão vacinados idosos com mais de 60 anos. Em seguida crianças com menos de 10 anos e na última etapa o restante da população. Segundo o deputado, essa é uma forma de garantir mais saúde para as pessoas de todas as faixas etárias, prevenindo contra uma doença que atinge grande parte da população, principalmente no inverno.

Emergências hospitalares

De autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL) foi aprovada obrigatoriedade para os hospitais da rede pública e privada do Estado, conveniados com o

Melhorias nas emergências hospitalares DNA gratuito pra carentes e vacinação em massa.

SUS, de manterem número de médicos proporcional à quantidade de atendimentos realizados nas emergências. Para definir este número, conforme a proposta, a direção do hospital deve manter estatística mensal atualizada dos atendimentos realizados considerando quantidade de pacientes a média diária do mês anterior. O descumprimento da lei resultará em responsabilidade civil para o hospital e criminal para o seu representante legal.

Exame de paternidade

Aprovado ainda projeto de autoria do deputado Jaime Duarte (PPS) estabelecendo normas para a realização do exame destinado à investigação de paternidade, conhecido com exame do DNA. Determina que o Estado viabilizará a realização deste exame nos processos em que se investigue a paternidade em casos de pessoas reconhecidamente carentes.

Publicidade

As APPs das escolas da rede pública poderão inserir logomarcas e mensagens publicitárias em materiais e equipamentos doados por entidades privadas. Esta medida foi aprovada em projeto do deputado Joares Ponticelli (PPB). No entanto não poderão focar produtos nocivos à saúde, como cigarro e álcool, além de promoção social, político-partidária e religiosa. "As empresas serão receptivas, porque ao mesmo tempo em que estarão cooperando na melhoria da qualidade do ensino, poderão ter de volta esse investimento em divulgação e publicidade do seu negócio".

Mensagens anti-drogas

Aprovada a obrigatoriedade de veiculação de frases ou mensagens de prevenção ao uso indevido de drogas nos cadernos e periódicos feitos e distribuídos pelo Estado na área educacional. A proposta é do deputado Ronaldo Bendet (PMDB) e se estende aos cadernos e periódicos eventualmente recebidos por outro órgão ou esfera estadual, bem como aqueles doados pela iniciativa privada.

Rejeitada gratuidade de transporte para idosos

"A derrota atinge o direito dos idosos, a qualidade de vida, cidadania e mobilidade social" Pedro Uczai (PT)

O Plenário recebeu novamente nesta semana caravana de idosos de várias regiões do Estado. No entanto, desta vez as expectativas resultaram em frustração.

O Projeto de Emenda Constitucional de autoria do deputado Pedro Uczai (PT), que dava nova redação ao inciso II, do artigo 189 da Constituição do Estado, assegurando às pessoas acima de sessenta anos a gratuidade dos transportes coletivos nas linhas municipais e intermunicipais, cabendo aos poderes concedentes a forma de viabilização deste benefício, foi rejeitado em votação no 2º turno.

Na semana passada, os deputados haviam aprovado a proposta em 1º turno, mas a última votação não alcançou os 24 votos necessários para a aprovação do projeto.



Idosos decepcionados com a votação

Portanto continua a redação anterior, que estabelece que o benefício é concedido às pessoas

com mais de sessenta e cinco anos apenas nas linhas intermunicipais de características urbanas.

PLENÁRIO

Júlio Garcia assume na vaga de Paulinho

O líder do governo, deputado Paulo Bornhausen (PFL) licenciou-se para, aproveitando o tempo de recesso legislativo, passar uma temporada de estudo nos Estados Unidos. Por quatro meses irá frequentar cursos de economia internacional e administração pública em universidades americanas.

Dedicado mais aos temas voltados à educação, o parlamentar foi mentor do projeto de lei complementar 180/99, da bancada do PFL, que regulamentou o artigo 170 da Constituição e tornou realidade as bolsas de estudo no Estado, além da lei que reserva no mínimo 50% das vagas oferecidas pela UDESC nos vestibulares, em cada curso de graduação, para estudantes da rede pública de ensino.

No período do afastamento



Julio Garcia foi aclamado novo líder do PFL

Paulinho será substituído na Assembléia pelo suplente Julio Garcia.

Volta à Assembléia

Segundo suplente do PFL, Julio Garcia foi deputado estadual em duas legislaturas, de 1987 a 91 e de 91 a 95, tendo

sido também presidente da ICC (Indústria Carboquímica Catarinense), Badesc e Casan. Funcionário de carreira do BESC desde 1993, é secretário-geral do PFL.

Ao tomar posse nesta segunda-feira, Julio foi aclamado

pelos seus colegas de partido como o novo líder do PFL na Casa. Prestando uma homenagem aos 25.989 eleitores que lhe confiaram o voto no dia 3 de outubro de 1998, assim como o coordenador de campanha Américo Faria, presente à sessão, o parlamentar frisou que, após cinco anos de ausência do Parlamento, retorna mais maduro, com o propósito do diálogo e do entendimento, e não de imposições externas. Agradeceu o apoio do partido, que ajudou a fundar em 1985, enfatizando que dará continuidade aos projetos do líder do governo.

Garcia foi saudado por parlamentares de todos os partidos que recordaram sua atuação em outras legislaturas e o fortalecimento da representação política do Sul do Estado, já que o pefelista é oriundo da região da Amurel.

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Divulgação de veículos roubados e prioridade para motoristas profissionais

Aprovado em Plenário obrigatoriedade de divulgação, através do Diário Oficial ou por meios informatizados de comunicação de dados, em periodicidade não superior a 90 dias, de informações sobre veículos apreendidos por autoridade policial, sob suspeita de roubo ou furto. Desta forma a intenção do deputado Gelson Sorgato (PMDB) é que as informações contemplem, sempre que possível, a marca, o modelo, a cor dominante, as características pertinentes ao estado de conservação e os números do chassi e da placa

dos veículos apreendidos. O parlamentar quer que a cópia da relação publicada no Diário Oficial seja afixada em todas as unidades de trânsito do Estado, em local de fácil visualização e de acesso público.

Motoristas profissionais

De agora em diante o Detran baixará instruções a serem seguidas em todo território catarinense, estabelecendo prioridade no atendimento para a obtenção da carteira de motorista, bem como sua renovação aos motoristas profissionais, com preferência aos que dependem daquele documento para o regular exercício da profissão

de motorista. Neste sentido foi aprovado projeto de lei de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL).

Dispensa de multas

Aprovado também projeto do deputado Ivo Konell (PMDB) que dispensa o pagamento de multas de trânsito não quitadas, aplicadas a condutores de ambulâncias e outros veículos destinados a serviços emergenciais, exceto quanto às causadas por infrações verificadas em rodovias federais. A aplicação desta lei não acarretará a devolução ou restituição das multas já pagas, qualquer que seja a sua espécie.

Medida provisória para contratar pessoal

Aprovada Medida Provisória 82/99 que autoriza a contratação de pessoal, por prazo de um ano, renovável por igual período, para atuação exclusiva nos centros educacionais, internamento provisório e casas de semi-liberdade da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

O total é de 138 cargos e as cidades contempladas serão Florianópolis, Lages, Chapecó e São José. Está prevista a contratação de assistentes sociais, médicos, dentistas, advogados, psicólogos, pedagogos, enfermeiros, técnicos em atividades de saúde, instrutores, monitores, motoristas e técnicos em atividades administrativas.

PLENÁRIO

Transgênicos não poderão ser comercializados

Após um ano de intensas discussões em audiências públicas, comissões técnicas e debates com cientistas, a Assembléia aprovou o projeto de lei do deputado Neodi Saretta (PT) que dispõe sobre pesquisas, testes, experiências ou atividades nas áreas de Biotecnologia e Engenharia Genética no Estado, envolvendo organismos geneticamente modificados (transgênicos), além dos produtos originados a partir dessa tecnologia.

A nova lei impedirá que esses produtos cheguem até a mesa do consumidor. Desta forma as empresas nacionais ou estrangeiras, que



Deputado Neodi Saretta

desenvolverem essas atividades deverão notificar o Poder Executivo. A notificação deverá ser dirigida à Diretoria de Vigilância,

Defesa e Fiscalização da Secretaria da Agricultura. Em casos onde a mesma não ocorrer, será feita a interdição do laboratório, da instituição,

da empresa responsável ou da propriedade particular; condenação de campos, viveiros e produtos geneticamente modificados e destruição dos organismos geneticamente modificados, seus produtos e derivados.

Para o parlamentar, este projeto é "em defesa dos consumidores e trabalhadores interessados na qualidade dos alimentos, na saúde pública e no meio ambiente." Ele lembra que a União Européia resiste aos transgênicos e através de laboratórios sofisticados e leis rigorosas impõe rótulos de identificação dos alimentos transgênicos, especialmente na Inglaterra, França, Alemanha, Suíça e Escócia.

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Leite tem isenção de ICMS

As operações e prestações internas com leite tipo "longa vida" passam a ter isenção de ICMS. A proposta aprovada do deputado Rogério Mendonça (PMDB) assegura ao contribuinte o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado nas operações de entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação

Também concede crédito presumido de 5% do valor da operação de que decorrer a saída de queijo aos produtores e contribuintes fabricantes desse produto no Estado. Para o parlamentar a isenção é "proteger os interesses da economia catarinense, considerando que o Estado do Rio Grande do Sul isentou o leite tipo longa vida e o Estado do Paraná atribuiu alíquota de 7% ao queijo."

Lei reduz número de Procuradores

Aprovado dois projetos de Lei Complementar de origem Governamental. Fica alterado o número de procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, reduzindo de sete para cinco. No entanto foi criado o cargo de Procurador Geral Adjunto, que será nomeado em comissão pelo Procurador Geral e que receberá vencimentos equivalentes a 95% daqueles devidos ao Procurador-Geral.

Policiais

Alterada a Lei 6.745, de 28 de dezembro de 1985, que trata das horas extras para policiais civis e militares. A modificação foi feita para excluir os policiais do limite para prestação de serviço extraordinário, mediante pagamento de horas extras. A situação anterior acarretava sérios problemas para o funcionamento de alguns estabelecimentos penais.

Escolas vão reciclar lixo

Criado o programa de coleta seletiva do lixo das escolas públicas estaduais, uma iniciativa do deputado Jaime Duarte (PPS). Promover a educação ambiental da comunidade escolar é o objetivo do programa, que será administrado e executado pela Secretaria de Educação. Organizações não-governamentais, incluindo APPs e grêmios estudantis, poderão ser parceiros do programa, com a reciclagem e venda do lixo. Para garantir que o lixo coletado tenha destinação final adequada, o governo deverá fazer parcerias com as Prefeituras Municipais.

Artesão autônomo

Quem produz artesanato de forma autônoma será beneficiado com a isenção de ICMS. É o que garante outro projeto também do deputado Duarte. De acordo com o parlamentar, "essa é uma forma de estabelecer igualdade entre os artesãos catarinenses e os artesãos dos demais Estados, especialmente da região Sul". Em Santa Catarina o artesanato constitui-se em importante fonte de renda, além de ser uma manifestação da arte popular.

Diagnóstico da situação energética

O Poder Executivo deverá realizar diagnóstico da situação energética e implementar programa visando a racionalização e economia de energia. Projeto aprovado do deputado Ivan Ranzolin (PPB) tem como objetivo promover um levantamento da situação atual dos custos e gastos com energia elétrica, além

de apontar medidas corretivas a serem ordenadas em projetos técnicos para viabilizar melhorias na qualidade do serviço e, particularmente, economia nos gastos de luz, por força de sua modernização tecnológica.

Política de igualdade para o milho

Para evitar a discriminação dos suinocultores catarinenses, face à diferença de preços praticados entre os estados, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) está solicitando ao Ministro da Agricultura a formulação de uma política de igualdade para o programa de venda direta do milho do Governo Federal via Conab.

Segundo o parlamentar en-

quanto o milho está sendo vendido a R\$ 12,83 a saca para os suinocultores do Rio Grande do Sul, em Santa Catarina o valor é de R\$ 14,00. "O Estado não pode ser prejudicado, uma vez que é o maior produtor nacional, com 42% do abate inspecionado e o maior exportador, com 80% do mercado externo".

Manutenção de cursos técnicos

O deputado Adelor Vieira (PFL) apresentou uma indicação à Secretária da Educação solicitando a continuidade dos cursos técnicos em refrigeração e ar condicionado e em edificações, que vem ocorrendo através do Profort, nos colégios Presidente Médici e Annes Gualberto, juntamente com a Sociedade Educacional de Santa

Catarina, mantenedora da Escola Técnica Tupy, em Joinville. Adelor explica que os cursos são de bom nível e tem clientela garantida, atendendo comunidades carentes. Alerta que Joinville precisa de mão de obra especializada, e que os cursos estão contribuindo de forma especial para esse fim.

Extensão da rede de gás

Buscando atender a demanda de energia térmica das indústrias cerâmicas do município de Sombrio, o deputado Altair Guidi (PPB) solicitou ao Governador do Estado e ao Presidente da Companhia de Gás Natural pro-

vidências para viabilizar a extensão da rede de gás natural. Justifica que as empresas serão beneficiadas com o barateamento da energia, que lhes permitirá um maior fôlego financeiro.

Pensões atrasadas

Os deputados membros da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, representados por seu presidente deputado Jaime Mantelli (PDT), enviaram mensagem ao Presidente do IPESC solicitando

providências no sentido de liberar o pagamento dos valores em atraso, referente à pensão a que fazem jus os beneficiários do Instituto de Previdência do Estado.

Proposições

Deputado Adelor Vieira (PFL) cumprimentou a Instituição Betesda de Joinville, pelos seus 65 anos de atividades promovendo a vida.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao Diretor do DNER-SC, solicitando medidas urgentes para que seja feita a sinalização do trecho da BR-470, entre os KMs 156,7 a 165,7, próximo a Trombudo Central.

Nilson Gonçalves (PFL) ao Secretário da Fazenda, sugerindo a adoção de medidas que resultem na ampliação do prazo concedido para a aquisição do equipamento emissor de cupom fiscal.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Diretor do DNER-SC, solicitando a implantação de sinalização na BR-470, trecho de Trombudo Central.

Deputado Volnei Morastoni (PT) ao Governador para que seja mantido em Itajaí o efetivo de policiais militares que já atuam na cidade, sem removê-los para exercerem atividades em outros municípios litorâneos durante a temporada de verão.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Presidente da Tim Telesc Celular, que tome providências para a instalação de telefonia celular em Lebon Régis.

Deputado Reno Caramori (PPB) cumprimentou autoridade de Fraiburgo, e de Salto Veloso pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa destes municípios.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao Presidente da Telesc, para a instalação de uma rede telefônica na localidade de Sertão do Rio Bonito, no município de Braço do Norte.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Governador do Estado sugerindo o aumento do efetivo policial na cidade de Criciúma, onde o número de policiais que fazem a segurança pública é muito pequeno para atender a demanda.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Prefeito e o Presidente da Câmara de Gravatal pela passagem do 38º aniversário de emancipação político-administrativa daquele município.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) ao Governador do Estado, para liberação de recursos para reconstrução das comunidades de Sanga do Café e Faxinal, em Forquilha, atingidas por um tornado no último dia 24 de novembro.

Deputado Altair Guidi (PPB) ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando providências no sentido de construir trevos na rodovia SC-446.

Deputado Valmir Comin (PPB) à Secretária da Educação, pedindo a transformação em Colégios Estaduais, das Escolas Básicas Dimer Pizzetti do Bairro Liri e Augusta Bacis do Bairro Cristo Rei, em Içara.

Deputado Sandro Tanzan (PTB) à Secretária da Educação, solicitando que seja feita reforma na Escola Básica Manoel Dutra Bessa em Urubici.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado, indagando sobre a situação do Detran de Blumenau.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Ministro do Meio Ambiente, pedindo a manutenção do Posto de Fiscalização do IBAMA do município de Rio do Sul.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) ao Diretor do DNER-SC, para que seja feita a imediata iluminação do trevo da SC-425 com a BR-470.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Ministro do Meio Ambiente pedindo a permanência do Posto de Controle e Fiscalização do IBAMA -POCOF - na cidade de Rio do Sul.

ESPECIAL

Cantata de Natal

A apresentação natalina do Coral "Jóias de Cristo", da Igreja Presbiteriana do Estreito, regido pela maestrina Regina Célia de Abreu Vieira e acompanhada pelo pastor Eliseu Alves Vieira marcou as comemorações de natal no Poder Legislativo de Santa Catarina. O evento assistido por funcionários e visitantes aconteceu no início da tarde desta quarta-feira (15), no hall do Legislativo.

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), juntamente com o 4º secretário da Mesa Diretora, deputado Adelor Vieira (PFL) estiveram presentes prestigiando a solenidade que, também, fez parte do encerramento, deste ano, das atividades devocacionais, que tem como coordenador o deputado Adelor, realizadas todas as quartas-feiras, no plenarinho da Alesc.

Na ocasião os parlamentares fizeram



Encenação do nascimento de Cristo

pronunciamento enaltecendo a data magna da cristandade, a importância deste tipo de apresentação que a todos

emociona e aproveitaram, também, para expressar suas mensagens de Feliz Natal e Próspero Ano Novo ao público presente.

Títulos de Cidadãos Catarinense

Os atores Tony Ramos e Paulo José, intérpretes da série "Santa Catarina 100 Anos de História", recebem no próximo ano o título de Cidadão Catarinense. Para isso o Plenário aprovou projeto de lei de autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB). Em sua justificativa, o autor diz que o programa vem resgatando a maior parte da história catarinense que o tempo se encarregou de apagar. Credita grande parcela do sucesso do seriado à interpretação de Tony Ramos.

"Assim - disse Mendonça - acreditamos que a nossa vontade se compartilha com a da nossa gente, sobretudo

quando se sabe que nestes três anos de trabalho sério e de profunda emoção, os atores foram tão catarinense quanto os cidadãos aqui nascidos, motivo bastante para conceder-lhes o título de Cidadão Catarinense".

Dom Oneres Marchioni, Bispo Diocesano do município de Lages, também será homenageado com o título de cidadão catarinense. O deputado Sandro Tarzan (PTB) autor do projeto que concede a honraria destaca que Dom Oneres vem prestando trabalhos pastorais desde 1960 abrangendo 23 municípios e aproximadamente 500 comunidades.

Matérias pendentes

Apesar do esforço concentrado desta última semana, quando foram votados mais de 80 projetos, os parlamentares não conseguiram limpar a pauta de votações. Sendo assim, a Assembléia realiza, na segunda-feira (20), sessão ordinária para votar as matérias que ainda estão pendentes, tais como o Orçamento 2000, Prodec e a indicação para as duas vagas para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

As inscrições para as vagas do TCE encerraram-se nesta terça-feira, às 19 horas, e se apresentaram 21 candidatos. Dentre eles os deputados Adelor Vieira e Wilson Wan-Dall (PFL), Ivan Ranzolin (PPB), Luiz Herbst e Ivo Konell (PMDB).

Agenda

Dia 16, às 10 horas, reunião para discutir o projeto Abraço à Vida, de autoria do deputado Ivan Ranzolin (PPB), visando a redução dos acidentes rodoviários e melhoria da qualidade de vida no trânsito.

Dia 20, às 10 horas, reunião conjunta das comissões de Justiça e Finanças para limpeza de pauta.

Local: Plenarinho

Dia 20, às 14 horas, sessão ordinária para votação do Orçamento 2000, Prodec, escolha para os cargos de Conselheiros do TCE e demais matérias pendentes.

Local: Plenário